

SUMÁRIO

DOUTRINA

ARTIGOS

Algumas vantagens da nova lei de licitações Ivan Barbosa Rigolin	13
Apresentação de cotação na fase interna da licitação e a (não) vinculação da proposta para fins de participação no certame Luiz Claudio de Azevedo Chaves	27
A Lei Anticorrupção, o <i>compliance</i> e a nova Lei de Licitações e Contratos. Breves comentários Madeline Rocha Furtado	43
Aplicação da Lei nº 14.133/2021 às empresas estatais: possibilidades e parâmetros Marcelo Palladino Machado Vieira	49
Instituições de controle e corrupção na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Murilo Meneghetti Nassif	71
A Lei Geral de Licitações e Contratos e a exigência de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados pessoais pelos licitantes Matheus Fernandes da Silva, Raimundo Márcio Ribeiro Lima	93
Contratos públicos e o reequilíbrio econômico em virtude de custos decorrentes de improdutividade e ociosidade Ronny Charles L. de Torres, Adriana Edileuza de Sousa	123

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Ação Cível Originária – Constitucional – Conflito confederativo – Operações de crédito na qual a União é avalista de Estado-membro – Repercussão na estabilidade do pacto federativo – Avaliação da capacidade de endividamento dos entes federados e verificação acerca da legalidade das operações de crédito – Competência da Secretaria do Tesouro Nacional – Limites de despesa com pessoal – Exclusão dos valores referentes ao IRRF – Violação do artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Poder normativo – Tribunal de Contas do Estado. Ação Cível Originária nº 1.198/RS

Supremo Tribunal Federal143

ADPF – Lei nº 17.731/2022 do Município de São Paulo – Diretrizes gerais para a prorrogação e relicitação de contratos de parceria entre município e iniciativa privada – Discricionariedade da Administração Municipal – Possibilidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 992/SP

Supremo Tribunal Federal161

Recurso Especial – Administrativo – Contrato verbal – Sublocação sem autorização – Obrigação do ente público de efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados – Vedação ao enriquecimento ilícito. Recurso Especial nº 2.045.450/RS

Superior Tribunal de Justiça185

TCU – Convênio – Responsabilidade – Entidade de direito privado destinatária de transferências voluntárias federais – Contrapartida – Débito – Solidariedade com seus administradores pelos danos causados ao Erário na aplicação desses recursos – Súmula TCU nº 286 – Dano quanto a contrapartida – Ausência de indícios de locupletamento pelo administrador – Débito imputado apenas à pessoa jurídica – Não aplicação de contrapartida implica a devolução da parcela dos recursos federais que acabaram por substituir indevidamente os recursos do conveniente – Manutenção da proporcionalidade dos aportes estabelecidos no convênio. Tomada de Contas Especial nº 024.126/2020-9

Tribunal de Contas da União195

Administrativo – Mandado de Segurança – Prefeitura Municipal – Dispensa de licitação – Artigo 24, inciso VII, da Lei nº 8.666/1993 – Contratação da Caixa Econômica Federal (CEF) para processamento da folha de pagamento e outros serviços financeiros do município – Possibilidade. Apelação Cível nº 5052171-02.2021.4.04.7100/RS

Tribunal Regional Federal da 4ª Região.....217

CONSULTA

Consulta – Lei nº 14.133/21 – Contrato de manutenção de veículos e de fornecimento de peças – Dispensa de licitação – Possibilidade – Observado o limite legal – Fracionamento irregular – Considerado o somatório das despesas realizadas pela mesma unidade gestora – Limite fixado no §7º do artigo 75 da nova Lei de Licitações. Processo nº 1121074

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais..... 233

EMENTÁRIO

ADMINISTRATIVO.....	245
CONTRATAÇÃO DIRETA.....	245
CONTROLE INTERNO E EXTERNO.....	247
CONVÊNIO.....	248
DIREITO ORÇAMENTÁRIO.....	249
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	251
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	260
LICITAÇÃO.....	261
PENAL E PROCESSO PENAL.....	262

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS

CONCURSO PÚBLICO.....	265
CONTRATAÇÃO DIRETA.....	266
CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	267
FUNDEB.....	268
FUNDEF.....	269
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF).....	270

LEGISLAÇÃO COMENTADA

Comentários e anotações à Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 37) (Lei Complementar nº 101/2000)

Antônio Flávio de Oliveira.....271

INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO.....	277
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....	279